



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018.01.11

CÂMARA MUNICIPAL

ATA NÚMERO 7/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 11 DE JANEIRO DE 2018

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente da Câmara, José Damião Lopes Guedes de Melo, em substituição do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, por se encontrar ausente em representação do Município, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, Susana Cristina Dias Pereira e José Bruno Gouveia Cardoso teve lugar a sétima reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

Esta reunião estava agendada para o dia doze de dezembro corrente, mas por conveniência dos serviços foi antecipada para o dia de hoje.

O **Senhor Vice-Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

Informou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal se encontra ausente, em representação do Município na reunião da CIMDOuro, que habitualmente se realiza às quartas-feiras, tendo excecionalmente sido agendada para hoje. Foi deliberado por unanimidade justificar a falta do Senhor Presidente da Câmara.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número seis da reunião desta Câmara Municipal de vinte e nove de dezembro findo, a qual foi aprovada por unanimidade sem alterações.

De seguida, passou-se ao

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presente o Senhor Joaquim Teixeira Borges que solicitou as seguintes alterações ao resumo da sua intervenção constante da ata da reunião desta Câmara Municipal de sete de dezembro último, por motivo de, salvo o devido respeito, não corresponderem na íntegra ao teor das suas palavras:

a) A folhas dois, primeiro parágrafo: onde se lê "(...)" e duas fotografias que demonstram que aquele caminho estava traçado em 2002 e em 2015" deverá ler-se "(...)" e duas fotografias do **Google Earth** que demonstram que aquele caminho estava traçado em 2002 e em 2015";

b) A folhas dois, segundo parágrafo: onde se lê "(...)pelo que teria que posta uma ação em Tribunal contra o mesmo." deverá ler-se: "(...)pelo que teria que **ser** posta uma ação em Tribunal contra o mesmo."

c) A folhas dois, quarto parágrafo: onde se lê "Reiterou que aquele caminho é público, conforme dizem os consortes e as pessoas que autorizaram a sua abertura ", deverá ler-se "Reiterou que aquele caminho é público, conforme dizem os consortes e as pessoas que autorizaram o seu **alargamento**";

d) A folhas três, quinto parágrafo, onde se lê: (...) obter a autorização dos consortes." deverá acrescentar-se: "(...) obter a autorização dos consortes **para o alargamento do caminho**". Perguntou quem vai interpor a ação judicial referida pelo Senhor Presidente da Câmara e se já foi tratada alguma coisa. Relativamente ao lixo depositado na Serra de Santa Helena, prontificou-se para se deslocar ao local e indicar onde o mesmo está depositado.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, em resposta, informou que esta é a primeira reunião pública da Câmara Municipal em que o Senhor Joaquim Teixeira Borges teve a possibilidade de vir fazer as devidas correções à ata, por isso só o poderia fazer hoje. Disse que se recorda da intervenção do Senhor Joaquim Teixeira Borges e das questões que apresentou, pelo que propôs a aprovação das alterações solicitadas.

Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Vice-Presidente e efetuar as seguintes alterações à ata da reunião desta Câmara Municipal de sete de dezembro findo:

a) A folhas dois, primeiro parágrafo: onde se lê "(...) e duas fotografias que demonstram que aquele caminho estava traçado em 2002 e em 2015" deverá ler-se "(...) e duas fotografias do **Google Earth** que demonstram que aquele caminho estava traçado em 2002 e em 2015";

b) A folhas dois, segundo parágrafo: onde se lê "(...) pelo que teria que posta uma ação em Tribunal contra o mesmo." deverá ler-se: "(...) pelo que teria que **ser** posta uma ação em Tribunal contra o mesmo."

c) A folhas dois, quarto parágrafo: onde se lê "Reiterou que aquele caminho é público, conforme dizem os consortes e as pessoas que autorizaram a sua abertura ", deverá ler-se "Reiterou que aquele caminho é público, conforme dizem os consortes e as pessoas que autorizaram o seu **alargamento**";

d) A folhas três, quinto parágrafo, onde se lê: (...) obter a autorização dos consortes." deverá acrescentar-se: "(...) obter a autorização dos consortes **para o alargamento do caminho**". Relativamente ao lixo, disse que aceita a colaboração do Senhor Joaquim Teixeira Borges, tendo agendado a visita ao local para amanhã.

Quanto ao caminho, informou que o Senhor Presidente da Câmara tem estado a encetar contactos no sentido de se definir um responsável pela situação, para tentar perceber de uma forma mais cabal o que se está a passar e que o mais provável será o Município a avançar com uma ação em Tribunal para resolver o assunto.

O Senhor Joaquim Teixeira Borges agradeceu a resposta e retirou-se da reunião.

Terminado o período de intervenção do público, passou-se ao
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso solicitou os seguintes esclarecimentos:

1º Qual foi o valor da despesa gasta pela Câmara Municipal em dois mil e dezassete no incentivo à cultura do sabugueiro?



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018.01.11

CÂMARA MUNICIPAL

2° Se existe algum plano para as terras incultas do Concelho de Tarouca e se se poderia trabalhar nessa área, de forma a encontrar-se uma solução para aumentar a produção de riqueza no setor primário do Concelho?

3° Existe registo do número total de visitantes do concelho nos anos de 2015 a 2017, e dentro do Concelho, do número de visitantes nos pontos turísticos mais relevantes, tendo em vista entender o que se está a passar, para aumentar ou inverter as tendências negativas ou positivas verificadas.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara em resposta ao Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso informou o seguinte:

1° Gastos com a cultura e plantação de sabugueiros: a Câmara Municipal não tem dados precisos porque não existem grandes gastos, já que muitos dos trabalhos foram feitos através com utilização dos recursos (máquinas) próprios da Autarquia. Salientou que, no entanto, os dados da produção da baga são um bom indicador, uma vez que duplicou em dois anos, passando de 500 toneladas para mais de 1000 toneladas, o que se deve ao apoio que o Município tem dado aos agricultores, por exemplo, com a abertura de caminhos;

2° Plano para terras incultas no Concelho: em 2017, foi realizada em Tarouca uma reunião com o Presidente da Bolsa Nacional de Terras e outras entidades públicas do setor; existe um responsável do Município nesta parceria, na esperança de existir algum tipo de criação de valor. Salientou que está aberto a novas sugestões, que são sempre bem-vindas.

3° Visitas ao concelho: na próxima reunião apresentará os números de que dispõe.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias ditou para a ata, que também entregou por escrito, a seguinte declaração de princípios, de início de ano:

"Neste início de um novo ano e praticamente de um novo ciclo autárquico e ainda reforçando o que afirmei no dia da tomada de posse o que desejo é que o trabalho a desenvolver seja o melhor para o Concelho e para os Tarouquenses e no final os objetivos sejam conseguidos.

Não estive nas corridas eleitorais por nenhum interesse pessoal, apenas por gosto, por vontade e disponibilidade para servir o meu Concelho, da forma que me fosse possível e tenho-o feito em consciência e com responsabilidade sem qualquer sentimento de revanchismo ou ressabiado, mantendo a amizade e as relações pessoais intactas, porque as prezo e considero serem importantes e não tive nunca qualquer motivo para que assim não seja.

Sou por feitio e pela educação que me foi transmitida uma pessoa tolerante e não dado a esquemas, nem a calculismos, não sou dado a ver inimigos onde apenas existem diferenças de opinião, nem sou talhado para estar sempre contra, apenas porque são os outros a promover as coisas. Discordo quando assim considero, avalio de acordo com os meus valores e respeito aqueles que confiaram em mim, aqueles que me acompanharam, mas também todos os outros.

A minha forma de estar no Executivo foi desde o início e será até ao final, cooperante, crítica, quando tiver que o ser, construtiva e leal, sem jogadas de bastidores, sem lutas palacianas e pautar-me-ei sempre por uma conduta de respeito pessoal e sem considerar que esta forma de estar e ser seja sinal de fraqueza ou de menos capacidade para o desempenho da função.

Julgo que poderia participar no desenvolvimento da minha terra de uma forma mais ativa, mas os Tarouquenses assim não entenderam e por isso tento e farei o melhor que me for possível através do papel que me é dado por uma democracia que eu defendo e que em nenhum momento me pede para que seja truculento ou agressivo e não poderá exigir-me que, a troco de um ou outro interesse, deito por terra amizades e valores que me são intrínsecos, porque esse é um preço que me negarei a pagar."

O Senhor Vice-Presidente da Câmara agradeceu as palavras do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias e manifestou o seu respeito por cada uma delas, tendo-as como verdadeiras. Disse que a forma de o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias participar neste Executivo, nos últimos quatro anos, foi muito positiva e valorizada, havendo, é certo, divergências de opinião, mas tal mais não foi do que a manifestação de diferentes opções políticas para o Concelho, e só desta forma poderão fazer mais e melhor, estando certo de que algumas das sugestões que apresentar serão aceites.

De seguida, ditou para a ata a declaração que a seguir se transcreve:

"Permitam-me começar a minha intervenção com as mesmas frases da reunião anterior, repetindo-me assim, e tal como disse na reunião de 29 de dezembro de 2017:

A política não pode, nem nunca poderá ser vista com sentido oportunista, a política é para aquele que aceita a missão de se predispor ao serviço dos outros.

Política, meus amigos, faz-se com elevação, com dignidade e em nenhum momento nos deveria ser permitido ser desleal, ser desonesto ou ser indiferente com a desculpa que é por causa da política.

Admito que sempre me apresentei enquanto social democrata e são os ideais em que acredito e defendo, mas sempre olhei para o Partido Socialista como uma organização responsável, com elementos dignos e corretos, os quais não têm como principal pretensão ludibriar os eleitores.

Neste sentido questiono, como é possível que depois das explicações, depois das evidências apresentadas na referida reunião de Câmara; depois de se terem aqui expostas as missivas, as comunicações e as ações levadas a efeito pelo executivo municipal na pessoa do Sr. Presidente de Câmara; depois de aqui ser apresentada e distribuída a resposta do Millennium BCP; depois de prestados todos os esclarecimentos, vem o Partido Socialista Tarouca, através das redes sociais,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2018.01.11

CÂMARA MUNICIPAL

tentar o aproveitamento político sobre um tema abordado horas antes em reunião de Câmara.

Estou certo que cada um dos elementos que compõem a estrutura local do Partido Socialista sabe que o Millennium BCP é uma empresa privada, com gestão e interesses privados ou particulares;

Todos saberão que não é a vontade dos autarcas ou das gentes do nosso território que faz permanecer qualquer empresa privada nesse mesmo território. Estou certo que sabem que não poderemos obrigar a que fiquem aqui instalados.

Saberão também que durante mais de uma década, especificamente desde 1998, este território teve um executivo do Partido Socialista, estou certo que não se esqueceram e se orgulham de muito daquilo que foi feito por terras de Tarouca.

Obviamente foi um período de muitas opções, como sempre acontece, e a linha orientadora da altura não foi a dinâmica empresarial, não foi o apoio ao desenvolvimento das empresas existentes ou a cativação de novos empreendedores.

Nesse período, quem teve responsabilidade sobre os destinos do concelho fez o melhor que sabia e podia, outros teriam outras opções, mas quem as tomou tinha legitimidade para o fazer.

Obviamente acreditamos que é importante e fundamental criar estímulos aos empreendedores para que se fixem e se desenvolvam no nosso Concelho, foi isso que fizemos no 1º mandato, onde surgiram novas empresas o que teve como consequência novos postos de trabalho e hoje de forma mais sustentada continuam a dar emprego a dezenas de pessoas, e em nenhum momento nos esquecemos das existentes, as quais tiveram sempre a total disponibilidade de todo o executivo, em especial do Sr. Presidente da Câmara, para que conseguissem a resolução dos seus problemas junto dos organismos nacionais ou outros.

São exemplo dessas novas empresas o Humberto & Filhos e o Pingo Doce, entre outras mais pequenas.

São exemplo do apoio às existentes a Macro Frio ou a Varo Suínos.

Mas estamos certos que era necessário e urgente fazer mais, então tudo fizemos para avançar com a Área de Acolhimento Empresarial Local, a qual tem obras a decorrer e que brevemente será uma realidade. Estou certo que trará uma nova dinâmica empresarial e de empregabilidade ao nosso território e felizmente a procura dos empreendedores tem sido maior do que inicialmente era a nossa expectativa. Será um sucesso.

Nada disto, meus senhores, são palavras vagas como as que profere o Partido Socialista nas redes sociais e que passo a citar: "Tarouca ou inverte as políticas de dinamização local ou vai passar por problemas complexos nos próximos tempos".

Na verdade, uma frase bonita, gramaticamente bem estruturada, mas não diz nada, não aponta uma medida, não trás uma ideia, não cria valor, não tem um caminho a seguir.

Apenas e só, uma frase vazia e sem qualquer conteúdo.

Uma frase que tem como base a decisão de uma instituição bancária do setor privado, a que ninguém impede o fecho ou a deslocalização, mas tenta assim o Partido Socialista, através do vazio de ideias, através do conteúdo nulo, apontar o dedo e culpar a Câmara Municipal por tal decisão.

Repito-me, não podemos com a desculpa da política fazer tudo o que nos apetece, destruindo a nobreza dessa mesma palavra "política", transformando-a em politiquice barata e descartável.

Não é honesto retirar dividendos políticos de tal situação. Os tarouquenses, gostam de gente séria, de gente que saiba ocupar o seu lugar, não gostam de ver enxovalhado publicamente o nome da sua terra ou daqueles que institucionalmente a representam e em quem massivamente votaram, repito, em quem massivamente votaram.

Mantendo a minha intervenção, mantendo a minha indignação sobre a saída do Millennium BCP do nosso território, é meu desejo que sejamos consequentes.

Neste sentido, sendo conhecedor que o Balcão do Millennium BCP, que se encontrava instalado no Castanheiro do Ouro, tinha uma excelente quota de mercado e um volume de negócios interessante no Concelho de Tarouca, e como consequência seria este um balcão com rentabilidade positiva, considero que o fecho daquele espaço é uma falta de respeito com todos os seus clientes, sejam eles instituições públicas ou particulares, empresas ou pessoas singulares. Todos tinham uma ligação de há muitos anos, fizeram do Millennium BCP parceiro de negócio, banco de confiança e no caso do Município de Tarouca, esta era a instituição financeira com maior movimento de cash flows.

Perante tal falta de respeito, desafio que os Tarouquenses tomem uma atitude e sejam também consequentes, penalizem tal comportamento e sigam o exemplo do município, ou seja, anulem as suas contas, transfiram as suas poupanças e aos que for possível renegoceiem os seus créditos com outras instituições financeiras.

Cada um de nós mostrará assim o seu descontentamento sobre o fecho do balcão do Millennium BCP sem que tenha existido um formal aviso prévio, sem uma comunicação que explicasse o motivo de tal encerramento, sem o respeito que todos nós enquanto clientes julgávamos ter por parte de uma instituição financeira, que pensávamos ser de enorme responsabilidade social e que de um momento para o outro esqueceu o valor do seu maior ativo, os seus clientes.

Tenho dito."

O Senhor Vice-Presidente disse que no último mandato, o Executivo decidiu publicar no site no município as atas das reuniões desta Câmara Municipal, o que não era uso.

Ora, apercebeu-se através do *facebook*, que essas atas não estão publicadas desde agosto de dois mil e dezassete. Uma vez que a publicação tem sido efetuada com periodicidade semestral, determinou à Chefe de Divisão da Divisão

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2018.01.11

CÂMARA MUNICIPAL

Administrativa e Financeira que assegurasse o cumprimento deste procedimento de futuro com periodicidade mensal.

Foi tomado conhecimento.

Terminado o período de antes da ordem do dia, o **Senhor Vice-Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Deliberações de aplicação anual

PONTO 2- Constituição de um fundo de manejo nos termos do disposto no ponto 2.9.10.1.11. do POCAL, aprovado pelo Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações posteriores e do nº 1 do art. 4º do Regulamento aprovado em 27.02.2014 - Proposta

PONTO 3 - Apoio à manutenção e divulgação turística do patrimônio histórico local - Proposta

PONTO 4 - Comunicação da celebração e renovação de contratos de aquisição de serviços, em cumprimento do disposto no nº 4 do art. 49º da Lei do Orçamento de Estado para 2017 - mês de dezembro de 2017

PONTO 5 - Alteração do dia de realização das reuniões ordinárias da Câmara Municipal no mandato autárquico de 2017-2021

PONTO 6 - Orçamentação e gestão das despesas com pessoal em 2017 - proposta

PONTO 7 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 8 - Tribunal de Contas - Homologação da conta relativa ao exercício de 2013 - Recomendações

PONTO 1 - DELIBERAÇÕES DE APLICAÇÃO ANUAL

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"Deliberações de aplicação anual**Proposta**

Nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro:

❖ Deliberado autorizar o pagamento de todas as receitas a cobrar no ano corrente por conta de operações de tesouraria às respectivas entidades interessadas;

❖ Deliberado autorizar o pagamento das remunerações devidas ao pessoal, e bem assim os abonos obrigatórios calculados nos termos da Lei e ainda outros encargos resultantes de contratos, dispensando-se prévia deliberação em reunião do executivo;

❖ Deliberado autorizar a cobrança das taxas e outras receitas de conformidade com as leis, tabelas e regulamentos em vigor, processando-se para tanto os competentes conhecimentos e guias de receita.

Tarouca, 4 de janeiro de 2018.

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2- CONSTITUIÇÃO DE UM FUNDO DE MANEIO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 2.9.10.1.11. DO POCAL, APROVADO PELO

DECRETO-LEI N° 54-A/99, DE 22 DE FEVEREIRO, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DO N° 1 DO ART. 4° DO REGULAMENTO APROVADO EM 27.02.2014 - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"Constituição de um fundo de maneo nos termos do disposto no ponto 2.9.10.1.11. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n°54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações posteriores, e do n°1 do artigo 4° do Regulamento aprovado em 27.02.2014

PROPOSTA

Nos termos do ponto 2.9.10.1.11. do POCAL, para efeitos de controlo dos fundos de maneo, o órgão executivo deve aprovar um regulamento que estabeleça a sua constituição e regularização, devendo definir a natureza da despesa a pagar pelo fundo bem como o seu limite máximo, e ainda:

- a) A afetação, segundo a sua natureza, das correspondentes rubricas da classificação económica;
- b) A sua reconstituição mensal contra a entrega dos documentos justificativos das despesas;
- c) A sua reposição até 31 de dezembro.

Em 27.02.2014, a Câmara Municipal aprovou o regulamento do fundo de maneo, em conformidade com a Lei n° 8/2012, de 21.02 e o Decreto-Lei n° 127/2012, de 21.06.

Neste contexto, tendo em vista a satisfação de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista no ponto 2.9.10.1.11. do POCAL, a constituição de um fundo de maneo, para o ano de **2018**, sendo a sua utilização feita segundo as seguintes regras:

- **Responsável:** Valdemar de Carvalho Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Tarouca;
- **Montante:** € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), distribuído pelas seguintes rubricas do orçamento:

CLASSIFICAÇÃO		Descrição	Valor
Orgânica	Económica		
0102	02010202	Gasóleo	200,00€
0102	020108	Material de escritório	150,00€
0102	020121	Outros bens	150,00€
0102	020209	Comunicações	100,00€
0102	020210	Transportes	150,00€
0102	020211	Representação de serviços	1.450,00€
0102	020225	Aquisição Serviços	150,00€
0102	06020305	Outras	150,00€
		TOTAL	2.500,00€



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018.01.11

CÂMARA MUNICIPAL

O fundo destina-se a pagar pequenas despesas urgentes e inadiáveis, cuja natureza económica corresponde a uma das classificações acima indicadas, e deverá ser reconstituído mensalmente contra a entrega dos documentos justificativos das despesas.

Tarouca, 4 de janeiro de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vice-Presidente informou que tem sido mantido o valor do fundo maneiio desde há cinco anos atrás e que, na presente proposta, apenas foi introduzida, a seu pedido, uma rubrica para aquisição de outros bens, que se verificou ser necessária. No entanto, o montante total mantém-se.

Disse ainda, quanto às despesas de representação de serviços, que foi um dos valores que mais diminuiu nestes quatro anos, nunca tendo sido atingido o valor agora proposto.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, aprovar a presente proposta e no uso da competência prevista no ponto 2.9.10.1.11. do POCAL, autorizar a constituição de um fundo de maneiio, para o ano de 2018, sendo a sua utilização feita segundo as seguintes regras:

- **Responsável:** Valdemar de Carvalho Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Tarouca;

- **Montante:** € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), distribuído pelas seguintes rubricas do orçamento:

CLASSIFICAÇÃO		Descrição	Valor
Orgânica	Económica		
0102	02010202	Gasóleo	200,00€
0102	020108	Material de escritório	150,00€
0102	020121	Outros bens	150,00€
0102	020209	Comunicações	100,00€
0102	020210	Transportes	150,00€
0102	020211	Representação de serviços	1.450,00€
0102	020225	Aquisição Serviços	150,00€
0102	06020305	Outras	150,00€
		TOTAL	2.500,00€

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3 - APOIO À MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO TURÍSTICA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO LOCAL - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

APOIO À MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO TURÍSTICA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO LOCAL EM 2018

Proposta

A promoção do turismo como setor estratégico para o desenvolvimento do concelho passa também pela continuidade

das ações anteriormente contratualizadas, de manutenção e divulgação turística do património histórico local, onde se incluem vários monumentos nacionais ou de interesse público. No contexto concelhio, as ações em parceria com outras entidades são muito frutuosas, permitindo a realização dos objetivos definidos, de forma económica e eficaz, para além de, desde que foram iniciadas, serem o meio adequado a garantir a visita do público, nacional e estrangeiro, aos principais monumentos, que de outro modo se encontrariam quase sempre encerrados.

Considerando que, as entidades que anteriormente beneficiaram de apoio do município para a realização da atividade de abertura e acompanhamento dos turistas que visitam os monumentos nacionais e de interesse público, localizados no concelho de Tarouca, e que a mesma é do interesse público municipal, **proponho** a V. Exa. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência que lhe conferem as alíneas o) e t) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, continuar a conceder os seguintes apoios, entre 01.01.2018 e 31.12.2018:

a) **À União das Freguesias de Gouveães e Ucanha** um subsídio mensal no valor de **€ 200,00 (duzentos euros)** para comparticipação das despesas com a vigilância, acompanhamento dos visitantes e limpeza da Torre Fortificada de Ucanha;

b) **À Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Tarouca** um subsídio mensal no valor de **€ 300,00 (trezentos euros)**, para comparticipação das despesas com a abertura, vigilância e acompanhamento dos visitantes da Igreja de S. Pedro de Tarouca, em horário alargado;

c) **À Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Salzedas** um subsídio mensal no valor de **€ 200,00 (duzentos euros)**, para comparticipação das despesas com o apoio aos serviços religiosos e a abertura diária da porta do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, incluindo aos fins de semana. Mais proponho a aprovação da minuta do respetivo protocolo. Tarouca, 4 de janeiro de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira”

O Senhor Vice-Presidente informou que estes apoios são atribuídos às Fábricas da Igreja e quem faz a sua gestão são as Fábrica.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e continuar a conceder os seguintes apoios, entre 01.01.2018 e 31.12.2018, mediante a prévia celebração de protocolo de colaboração:

a) **À União das Freguesias de Gouveães e Ucanha** um subsídio mensal no valor de **€ 200,00 (duzentos euros)** para comparticipação das despesas com a vigilância, acompanhamento dos visitantes e limpeza da Torre Fortificada de Ucanha;

b) **À Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Tarouca** um subsídio mensal no valor de **€ 300,00 (trezentos euros)**, para comparticipação das despesas com a abertura, vigilância e

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2018.01.11

CÂMARA MUNICIPAL

acompanhamento dos visitantes da Igreja de S. Pedro de Tarouca, em horário alargado;

c) À Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Salzedas um subsídio mensal no valor de € 200,00 (duzentos euros), para comparticipação das despesas com o apoio aos serviços religiosos e a abertura diária da porta do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, incluindo aos fins de semana.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4 - COMUNICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO E RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO N° 4 DO ART. 49° DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017 - MÊS DE DEZEMBRO DE 2017

Presente, em cumprimento do disposto no número quatro do artigo quarenta e nove da Lei do Orçamento do Estado para o ano findo, a lista dos contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados no mês de dezembro de dois mil e dezassete, no montante total de € 18.725,65 (dezoito mil e setecentos e vinte e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Foi tomado conhecimento.

PONTO 5 - ALTERAÇÃO DO DIA DE REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017-2021

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"PERIODICIDADE, HORA E LOCAL DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017 - 2021

PROPOSTA

Considerando que a realização quinzenal das reuniões ordinárias desta Câmara Municipal, procedimento adotado pelos anteriores Executivos, tem demonstrado ser adequada ao funcionamento e eficácia das respetivas decisões, permitindo, em simultâneo, a elaboração das necessárias informações e suportes documentais pelos serviços; e

Após auscultação dos membros do Executivo,

PROPONHO a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, nos termos e para os efeitos previstos nos n°s 1 e 2 do artigo 40° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, que, no mandato autárquico de 2017 - 2021, as respetivas reuniões ordinárias se efetuem quinzenalmente, às quintas-feiras, com início às 10 horas, no salão nobre do edifício dos Paços do Município, existindo na primeira reunião de cada mês um período para intervenção e esclarecimento do público.

Paços do Município, 5 de janeiro 2018-

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e com fundamento na mesma, que, no mandato autárquico de 2017 - 2021, as reuniões ordinárias da Câmara Municipal se efetuem quinzenalmente, às quintas-feiras, com início às 10 horas, no salão nobre do edifício dos Paços do

Município, existindo na primeira reunião de cada mês um período para intervenção e esclarecimento do público. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6 - ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL EM 2017 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL EM 2018
PROPOSTA**

De acordo com o disposto no n°1 do artigo 31° da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n°35/2014, de 20.06, o orçamento dos órgãos ou serviços deve prever os seguintes encargos relativos aos trabalhadores:

- a) encargos relativos a remunerações;
- b) encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento;
- c) encargos com alterações de posicionamento remuneratório;
- d) encargos relativos a prémios de desempenho.

Por seu turno, o n°2 do artigo 5° do Decreto-Lei n° 209/2009, de 03.09 determina que compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:

- a) com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados, e, ou;
- b) com alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;
- c) com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.

Esta decisão deve ser tomada no prazo de 15 dias após o início da execução do orçamento (n° 3 do artigo 31° da LTFP).

Considerando que, em 2018:

*são permitidas as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, mantendo-se, no entanto, a proibição de alteração de posicionamento remuneratório por opção gestionária (alínea a) do n°1 do artigo 18° e n°1 do artigo 20° da Lei n° 114/2017, de 29.12 e alínea a) do n°2 do artigo 38° da Lei n° 82-B/2014, de 31.12);

* continua em execução o Plano de Saneamento Financeiro aprovado em 2010 (ajustado em 2017), que prevê a não atribuição de prémios de desempenho;

* posteriormente à aprovação do Orçamento Municipal para 2018, foi publicado o Decreto-Lei n° 156/2017, de 28.12 que atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2018, com efeitos a partir de 01.01.2018, impondo-se a atualização das remunerações que lhe estão indexadas,

PROPONHO a V. Exas. que, em cumprimento do disposto no n°2 do artigo 31° da LTFP e nos n°2 do artigo 5° e n°1 do artigo



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018.01.11

CÂMARA MUNICIPAL

13° do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03.09, esta Câmara Municipal delibere fixar o seguinte montante máximo de cada um dos encargos relativos aos trabalhadores municipais a seguir indicados, em 2018:

- a) encargos relativos a remunerações: € 3 623 000,00;
- b) encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento: € 100 000,00;
- c) encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários: € 500 000;
- d) alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório: € 100 000;
- e) não afetação de verbas para prémios de desempenho.

Paços do Município, 9 de janeiro de 2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O **Senhor Vice-Presidente** informou que, no dia vinte e nove de dezembro findo, após a reunião da Câmara Municipal, verificou que tinha sido publicado o diploma que aprova o Programa de Regularização de Precários na Administração Local, o qual está a ser avaliado.

Assumiu o compromisso de trazer à reunião do Executivo algumas das conclusões a que forem chegando, na certeza de que será uma decisão fácil.

O **Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso** perguntou se irá abranger todos os trabalhadores precários.

O **Senhor Vice-Presidente** informou que foram comunicados cerca de noventa trabalhadores à Direção-Geral das Autarquias Locais e que, com esta regulamentação, é possível que nem todos os postos de trabalho se enquadrem na mesma.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, fixar o seguinte montante máximo de cada um dos encargos relativos aos trabalhadores municipais a seguir indicados, em 2018:

- a) encargos relativos a remunerações: € 3 623 000,00;
- b) encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento: € 100 000,00;
- c) encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários: € 500 000;
- d) alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório: € 100 000;
- e) não afetação de verbas para prémios de desempenho.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número sete, de dez de janeiro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações

orçamentais no montante de € 66.757,49 (sessenta e seis mil e setecentos e cinquenta e sete euros e quarenta e nove cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 273.361,35 (duzentos e setenta e três mil e trezentos e sessenta e um euros e trinta e cinco cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

PONTO 8 - TRIBUNAL DE CONTAS - HOMOLOGAÇÃO DA CONTA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2013 - RECOMENDAÇÕES

Presente o ofício nº 39940, de 18.12.2017, remetido pelo Tribunal de Contas, informando da homologação da conta relativa ao exercício de dois mil e treze e comunicando as recomendações que devem ser observadas.

O Senhor Vice-Presidente informou o seguinte:

"No final do anterior mandato, foi-nos solicitada pelo Tribunal de Conjunto um conjunto de informações sobre a conta de 2013, que agora foi homologada, com recomendações.

A primeira tem a ver com a inventariação dos bens móveis e imóveis. Ainda ontem reuni com a Divisão Administrativa e Financeira e vamos apresentar medidas para dar cumprimento à recomendação.

A segunda recomendação tem a ver com o cumprimento do plano de saneamento financeiro e, de acordo com os relatórios apresentado, temos vindo a atingir as metas fixadas.

Em dois mil e dezoito iremos atualizar o Regulamento do Controlo Interno.

Em relação à quarta recomendação, estamos a avaliar os limites do endividamento, mas estamos convictos de que irão ser cumpridos.

Por fim, estamos atentos à celebração e cumprimento dos acordos de pagamento com fornecedores que não podem ir além de um ano, exceto no caso das Águas do Norte e Resinorte, entidades com as quais pretendemos celebrar acordos até ao máximo de 25 anos, conforme permite a legislação em vigor, tendo em vista regularizar das dívidas existentes.

Esclareceu que se alguma prestação não é paga no final do ano por manifesta falta de tesouraria, deixa de ser prestação e passa a ser dívida de curto prazo."

Foi tomado conhecimento.

DIVERSOS

O Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso solicitou informação sobre as notícias que vieram a público acerca das florestas.

O Senhor Vice-Presidente informou o seguinte:

"Isto é mais uma partilha com os Senhores Vereadores do que propriamente uma intervenção política.

Conheço em pormenor o assunto, porque os colegas da CIMDouro confiaram em mim para estar presente na reunião com os Senhores Secretário de Estado da Proteção Civil, Secretário de Estado da Administração Interno e outras entidades do setor, que se realizou em Lisboa, no passado mês de dezembro. Foram apresentadas as medidas que o Governo propunha para 2018. Estas medidas foram aprovadas sem o apoio de todos os



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2018.01.11

CÂMARA MUNICIPAL

Autarcas do País, porque entendemos que não resolveriam o problema das florestas. Simplesmente desresponsabilizam o Governo e passam para as Autarquias Locais o ónus da resolução.

O Governo propôs a abertura de uma linha de crédito para o efeito, que daria cerca de 160.000 euros a cada Município. Após 31 de março deste ano, as Câmaras Municipais substituem-se aos particulares, usando a linha de crédito e de seguida pagam esse empréstimo com os bens que retiravam da limpeza, como se a giesta tivesse algum valor.

Neste sentido, a opção foi recusada pelos autarcas, mas mantida pelo Governo. Um dos representantes da CIM propôs ao Secretário de Estado que ele próprio oferecia os 160.000 euros para o Governo ir lá fazer o trabalho. Foi recusado.

Isto não é mais do que, quando vierem os fogos de 2018, o Governo vai dizer que as Autarquias tinham condições para fazer a prevenção, e serão os autarcas a sentar-se no banco dos réus.

Outra das medidas era a constituição de brigadas de sapadores, compostas por três equipas de sapadores, com uma máquina e um camião e têm como objetivo fazer a estabilização de emergência das terras pós incêndios florestais. Estimava-se uma brigada por CIM. Não concordámos, pois o que pretendíamos era apoios antes da tragédia e não depois.

O Governo lançou agora esta comunicação. Ontem, já recebemos por parte da ANMP uma comunicação a questionar se temos alguma coisa a acrescentar, demonstrando o seu descontentamento, porque mesmo após uma reunião, não nos ouviram e mantiveram a decisão.

A este propósito, informo que, ontem, em Mondim da Beira, já deitámos abaixo um pinheiro, após notificação ao proprietário. Esperávamos que nos aprovassem as candidaturas sobre esta matéria. Mesmo que tal não aconteça nós iremos tomar um conjunto de medidas para estarmos aptos a cumprir a Lei, vamos fazer a orçamentação para a substituição dos privados, que não cumpram.

Também é preciso ter em atenção que se desconhece quem é o proprietário da maior parte das terras.

Não estamos aqui para fazer mal a ninguém.

As duas medidas que o Governo para o Município ser reembolsado das despesas com limpeza: venda das giestas e a cobrança coerciva ao proprietário despesas efetuadas, podendo até tomar posse do terreno, o que não é nossa intenção fazer.

São medidas extremas e não é pretensão de cada um de nós levá-las a efeito.

Ainda ontem dizia que a nossa preocupação para este mandato é a floresta e a sua limpeza, porque ver os nossos montes novamente a arder seria um grande desgosto.

Por fim, informo os Senhores Vereadores que no próximo dia catorze de janeiro, pelas quinze horas irão ser plantados os pinheiros que distribuímos no Natal, na floresta. É um ato simbólico, no qual convido a estarem presentes.

Tive uma enorme e boa surpresa quando fui ao local, e encontramos "magotes" de pinheirinhos, devido ao facto de, quando em 1997, foram deitados abaixo, ficaram lá os pinhões de onde nasceram."

Foi tomado conhecimento.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Vice-Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas onze horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

